

Revista Gepesvida

Edição Especial

<http://www.icepsc.com.br/ojs/index.php/gepesvida>

Número 13. Volume 5. 2019-2. ISBN: 2447-3545.



O ESPAÇO E TEMPO DA EDUCAÇÃO INFANTIL: RELAÇÃO ENTRE O DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM DA CRIANÇA DE ACORDO COM A BNCC.

Camila Machado Ribeiro da Silva
Izabel Cristina Feijó de Andrade

RESUMO

Esse projeto de TCC tem o objetivo de analisar a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCNEB) a proposta pedagógica da Educação Infantil, especialmente com relação ao tempo e espaço físico ocupado pelas crianças. Para tanto foi necessário identificar as habilidades sugeridas na BNCC para o desenvolvimento da criança na Educação Infantil; identificar a articulação entre a organização do espaço e do tempo explicitados na BCNN e nas DCNEB para a educação infantil; e, verificar o conceito de infância e de criança propostos por nesses documentos oficiais. A pesquisa feita para este projeto foi qualitativa, por meio de estudos de documentos como as DCNEB e a BNCC, estes documentos foram selecionados, pois o projeto busca entender qual a proposta pedagógica da Educação infantil presente na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCNEB)? O estudo foi feito por meio de observação de três escolas dos municípios de Florianópolis e São José, onde o espaço oferecido e as crianças foram examinados em diferentes momentos, procurando analisar sua influência no desenvolvimento e aprendizagem das crianças. Além disso, foram feitas entrevistas com os educadores envolvidos com as turmas observadas para complementar à pesquisa. Podemos considerar nesse estudo que é papel do educador, orientar brincadeiras, estimular a curiosidade e ter consciência de que as crianças costumam reproduzir o comportamento que as pessoas usam com elas.

Palavras-chave: Espaço físico. Desenvolvimento e aprendizagem. BNCC.

ABSTRACT

This project aims to analyze the Common National Curriculum Base (BNCC) and the National Curriculum Guidelines of Basic Education (DCNEB) the pedagogical proposal of early childhood education, especially in relation to the time and physical space occupied by children. Therefore, it was necessary to identify the skills suggested in the BNCC for child development in early childhood education; identify the articulation between the organization of space and time explicit in the BCNN and DCNEB for early childhood education; and, verify the concept of childhood and child proposed by these official documents. The research done for this project was qualitative, through studies of documents such as DCNEB and BNCC, these documents were selected, because the project seeks to understand the pedagogical proposal of Early Childhood Education present in the Common National Curriculum Base (BNCC) and in the National Curriculum Guidelines for Basic Education (DCNEB)? The study was conducted through observation of three schools in Florianópolis and São José, where the space offered and the children were examined at different times, trying to analyze its influence on the development and learning of children. In addition, interviews were conducted with the educators involved with the observed classes to complement the research. We can consider in this study that it is the educator's role to guide play, stimulate curiosity and be aware that children usually reproduce the behavior that people use with them.

Keywords: Physical space. Development and learning. BNCC.

1. INTRODUÇÃO

Esse artigo tem o objetivo de analisar na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCNEB) a proposta pedagógica da educação infantil, especialmente com relação ao espaço físico ocupado pelas crianças. Para tanto foi necessário identificar as habilidades da BNCC relacionadas com o desenvolvimento da criança na educação infantil; identificar a articulação entre a organização do espaço e do tempo explicitados na BCNN e nas DCNEB para a educação infantil; e, verificar o conceito de infância e de criança propostos por nesses documentos oficiais.

No Brasil a educação é certificada pela lei nº 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). É dever da União, Distrito Federal, Estados e Municípios organizarem seu sistema de ensino. De acordo com a LDB os municípios são os responsáveis pela oferta da Educação infantil em creches, pré-escolas e, também o ensino fundamental.

[...] não terá a função de “orientar” a educação nacional, como seria de se esperar, mas sim de padronizar competências, habilidades e conteúdos de norte

Revista Gepesvida

a sul, determinando o que as escolas devem ensinar e quando. Ela foi equivocadamente fixada como obrigatória e não como uma referência, a partir da qual os Estados pudessem construir as suas próprias bases curriculares. (FREITAS, 2018, s.p.).

A união organiza junto aos Estados, Distrito Federal e municípios as Diretrizes para a Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio para garantir a formação básica comum. As Diretrizes são criadas a partir das necessidades de atualização das políticas educacionais como proposta de assegurar o direito à educação a todos. Um dos objetivos das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCNEB) de 2013 é assegurar a formação básica comum nacional, dando ênfase a quem compõe o currículo e a escola, as DCNEB também orientam a constante crítica acerca do PPP da instituição de Educação Básica e cursos de formação inicial e continuada dos profissionais da educação.

Com relação à formação dos educadores da educação infantil, cabe ressaltar em Leitão (2011) a possibilidade da preparação ativa dos docentes em trabalhar com projetos significativos e contextualizados para as crianças e que possam ser capazes de utilizar o tempo e o espaço de permanência da criança na instituição para o desenvolvimento e aprendizagem da mesma. A autora faz, ainda, uma crítica aos cursos de formação inicial em Pedagogia, pois são concretizados:

Com a imposição dos discursos teóricos, fragmentação dos conteúdos e desarticulação teórico-prática, a educadora é negada em seu espaço formativo, o que lhes é cobrado no seu trabalho com a criança: reconhecimento da capacidade idiossincrática de elaboração permanente de seus conhecimentos; diversidade quantitativa e qualitativa das experiências interacionais; compartilhamento afetivo e emocional baseado no diálogo e na parceria; oportunidade de ter seus conhecimentos prévios considerados e valorizados; espaço para o desenvolvimento das experiências significativas e tempo para a articulação dos conhecimentos novos aos já existentes; utilização de vários tipos de linguagem; resgate da dimensão lúdica e envolvimento em objetivos e trabalhos coletivos que possibilitem a apropriação de conhecimentos e a construção da autonomia no trabalho. (LEITÃO, 2011, p. 20-21).

Nesse sentido o art. 8º da Resolução CNE/CEB nº 05/09 (BRASIL, 2009, s.p.):

A proposta de trabalho pedagógico das Instituições de educação infantil deve ter como objetivo garantir à criança acesso à processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças. § 1º Na efetivação desse objetivo, as propostas pedagógicas das instituições de educação infantil deverão prever condições para o trabalho coletivo e para a organização de materiais, espaços e tempos que assegurem: I - a educação em sua integralidade, entendendo o cuidado como algo indissociável ao processo educativo; II - a indivisibilidade das dimensões

Revista Gepesvida

expressivo-motora, afetiva, cognitiva, linguística, ética, estética e sociocultural da criança;

A sociedade é uma junção de culturas, políticas, modos de vida, diferentes religiões e manifestações humanas e, é neste contexto que está inserida a instituição da educação infantil. Todos têm direito a educação, aos saberes construídos que vão além do espaço e do tempo segundo as DCNEB (2013). Em algumas vezes a instituição de educação infantil não atende as diferenças das crianças, é preciso garantir a inclusão e construir uma instituição democrática, inclusiva e igualitária que respeite a diversidade humana.

Trata-se das questões de classe, gênero, raça, etnia, geração, constituídas por categorias que se entrelaçam na vida social – pobres, mulheres, afrodescendentes, indígenas, pessoas com deficiência, as populações do campo, as diferentes orientações sexuais, os sujeitos albergados, aqueles em situação de rua, em privação de liberdade. (BRASIL, 2013, p.7).

Para conquistar a inclusão, a instituição incentiva uma educação livre, individual e coletiva que forme cidadãos cientes de seus direitos, deveres e comprometidos com a mudança da sociedade, incluindo respeito, diversidade, solidariedade e sustentabilidade. A base dos objetivos nacionais é a educação que busca instruir seres humanos livres, capazes de acabar com a pobreza e diminuir as desigualdades.

A Educação Básica é um direito universal e alicerce para a capacidade de exercer em plenitude o direito a cidadania. É o tempo, o espaço e o contexto em que o sujeito aprende a constituir e reconstituir a sua identidade, em meio a transformações corporais, afetivo-emocionais, socioemocionais, cognitivas e socioculturais, respeitando e valorizando as diferenças. Liberdade e pluralidade tornam-se, portanto, exigências do projeto educacional. (BRASIL, 2013, p.75).

Diante destas transformações, o sujeito poderá ser um cidadão participativo na sociedade em que vive, tendo plena noção de seus direitos e deveres. Por isso o cuidar e o educar são tão importantes desde a educação infantil até as etapas finais da Educação Básica. O cuidar e o educar é traduzido em acolhimento de todos os sujeitos, cada um com suas especificidades. Isso é um grande desafio para a educação infantil. A educação não é constituída apenas pelo cuidado, pois só com ele não é possível atingir as dimensões transformadoras e libertadoras. Segundo as DCNEB (2013) é preciso ter eixos estruturantes de brincadeiras e interações aliado ao compromisso de cuidar.

Revista Gepesvida

A criança está sempre em formação, o ato de cuidar e educar dos profissionais de educação orientam à educação integral e que essa possa buscar o desenvolvimento e aprendizagem da criança num tempo específico e num espaço significativo. Para Savani, “o sistema é a unidade de vários elementos intencionalmente reunidos de modo a formar um conjunto coerente e operante” (2009, p. 38).

Todos os sistemas educacionais fazem parte de uma organização com o principal objetivo de educar. Na transição da pré-escola para o Ensino Fundamental a criança deve levar consigo materiais (avaliações, portfólios) que revelem seu atual nível de aprendizagem e que mostre quais habilidades já foram desenvolvidas. A Educação Básica deve ser articulada para que qualquer sujeito que precise ser transferido de Estado ou de instituição não saia prejudicado em relação aos conteúdos propostos.

Nesse contexto legal, a finalidade da educação infantil é proporcionar o desenvolvimento integral da criança em todos os aspectos como complementar a educação familiar. No âmbito da legislação brasileira, as causas para o aumento do número de crianças nestas instituições ocorrem pelo progressivo atendimento à Constituição Federal (BRASIL, 1988), à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) e ao Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014).

Com a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), incidiu um progresso expressivo no âmbito na educação infantil, com a inclusão de creches e pré-escolas no sistema de ensino, no Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: [...] IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade; [...] As Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação infantil – DCNEI (BRASIL, 2009), instituídas pela Resolução CNE/CEB nº 05/09, declara, no Art. 5, que:

A educação infantil, primeira etapa da Educação Básica, é oferecida em creches e pré-escolas, [...] **para** crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgãos competentes do sistema de ensino e submetidos a controle social. (**negrito meu**).

A Meta 1 do Plano Nacional de Educação – PNE (BRASIL, 2014, s.p.) é:

Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE.

Revista Gepesvida

As Diretrizes Curriculares Nacionais na educação infantil (BRASIL, 2009) prescrevem no:

Art. 9º que as práticas pedagógicas que compõem a proposta curricular da educação infantil devem ter como eixos norteadores as interações e as brincadeiras, garantindo experiências que: I - promovam o conhecimento de si e do mundo por meio da ampliação de experiências sensoriais, expressivas, corporais que possibilitem movimentação ampla, expressão da individualidade e respeito pelos ritmos e desejos da criança; [...] IV - recriem, em contextos significativos para as crianças, relações quantitativas, medidas, formas e orientações espaçotemporais; [...]

Diante dessas resoluções, questiona-se: Qual a proposta pedagógica da educação infantil presente na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica?

A pesquisa se configura como qualitativa, por meio de estudos de documentos como as DCNEB e a BNCC. Estes documentos foram selecionados, pois buscamos entender a constituição do espaço e do tempo e sua relação no desenvolvimento e aprendizagem da criança de acordo com a BNCC. Foi necessário ter como base as Diretrizes Curriculares da Educação Básica, para entender a importância do espaço escolar para as crianças na educação infantil e, posteriormente analisar o que a Base Nacional Comum Curricular considera adequado.

A BNCC para a educação infantil, considerada então documento oficial, foi analisada e comparada com outro documento, as DCNEI e, também, com a bibliografia condizente com a temática, com posterior reflexão e interpretação dos dados. Na compreensão da análise documental, Vespoli (2013, p.80) nos diz o seguinte:

[...] por meio da análise documental o pesquisador tem a possibilidade de buscar informações que o auxiliem a solucionar o seu problema de pesquisa. Desta forma, são considerados documentos leis, regulamentos, normas, cartas, memorandos, diários pessoais, jornais, discursos de jornais e revistas, livros, arquivos escolares, entre outros. Os documentos, portanto, constituem uma fonte de informação que pode ser consultada quantas vezes forem necessárias e também pode servir de base para a realização de diferentes estudos.

O estudo foi feito por meio de observação de três escolas dos municípios de Florianópolis e São José respectivamente, onde o espaço oferecido as crianças foi examinado em diferentes momentos, procurando analisar sua influência no desenvolvimento e aprendizagem das crianças. Além disso foram feitas entrevistas com os educadores envolvidos com as turmas observadas para complementar a pesquisa.

Revista Gepesvida

Como a metodologia utilizada foi a histórico-crítica, as características dessa pesquisa se desenvolveram diante de dois aspectos: o bibliográfico e o documental. Nossa discussão foi baseada em livros, artigos, teses, dissertações, enfim, obras pertinentes à temática e documentos legais, predominantemente a BNCC, mas também as Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação infantil, os quais serviram de base e sustento teórico. Marconi e Lakatos (2003, p.158) mencionam que:

A pesquisa bibliográfica é um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema. O estudo da literatura pertinente pode ajudar a planificação do trabalho, evitar publicações e certos erros, representa uma fonte indispensável de informações, podendo até orientar as indagações.

A entrevista partirá de perguntas básicas sobre o tema, com clareza, sem o uso de frases manipuladoras e sem perguntas com múltiplas finalidades. Essas serviram como complemento para analisar o que foi estudado, por meio de informações, opiniões e diferentes concepções de espaço físico oriundas de pessoas que trabalham envolvidas diretamente nas escolas de São José e Florianópolis.

2. ACESSO E PERMANÊNCIA PARA A CONQUISTA DA QUALIDADE SOCIAL

É dever da família, matricular as crianças nas instituições de educação infantil a partir dos quatro anos de idade e caso isso não aconteça o poder público pode interferir. É dever da instituição da educação infantil segundo as DCNEB (BRASIL, 2013, p. 21):

Zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência á escola; Articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola; Informar aos pais e responsáveis sobre a frequência e o rendimento dos estudantes, bem como sobre a execução da proposta pedagógica. Notificar ao Conselho Tutelar do Município, ao juiz competente da Comarca e ao respectivo representante do Ministério Público a relação dos estudantes que apresentem quantidade de faltas acima de cinquenta por cento do percentual permitido em lei.

Uma instituição de educação infantil com qualidade social, segundo as DCNEB (BRASIL, 2013) considera as crianças como únicas, levando em conta suas diferenças e, tem como foco a aprendizagem de todos.

Revista Gepesvida

Nesse sentido, a criança quando entra na educação infantil recebe os estímulos que serão fundantes para o seu desenvolvimento e, para a sua posterior inserção no Ensino Fundamental. Portanto, esses estímulos e experiências precisam ser adequados para cada faixa etária rumo ao desenvolvimento de competências e habilidades. Para isso, o envolvimento da família e da instituição são fundamentais. Por isso, é necessário investimento do governo em ciclos de formação de educadores, apoio administrativo e tecnológico, o número de crianças por turma deve ser limitado e a carga horária deve ser de quarenta horas para os professores.

O currículo está diretamente ligado à cultura e as relações sociais dentro e fora da instituição de educação infantil, com isso segundo as DCNEB (BRASIL, 2013) toda política curricular é uma política cultural que não se resume apenas em documentos escritos, mas também, em projetos de planejamentos vivenciados. É papel da instituição de educação infantil tentar entender como se constrói o conhecimento, é dentro dela que devem acontecer trocas de conhecimento entre as crianças, é lá onde eles aprendem a conviver e a respeitar diferentes culturas. Para que isso se idealize, esta concepção deve construída desde o Currículo.

A instituição de educação infantil deve acompanhar o desenvolvimento das crianças, sua realidade, os que nasceram na era digital devem ter suas aulas com o uso de tecnologias, a instituição deve proporcionar acesso aos meios de comunicação (biblioteca, rádio e televisão) e os educadores devem atualizar seus métodos.

No desenvolvimento infantil, pela BNCC prioriza-se o contato da criança com o mundo letrado. Sobre essa temática da BNCC buscamos referências em autores que percebem que o desenvolvimento da linguagem escrita, das habilidades e competências partem da consciência fonológica, entre eles destacamos: Brandão e Leal (2011), Morais e Silva (2011), Leite e Morais (2012), Amorim (2014), Caxias (2015). Para Amorim (2014, p.8):

[...] a Consciência Fonológica tanto pode auxiliar no processo de alfabetização das crianças pequenas, como pode contribuir significativamente para o trabalho com crianças com desvio/transtorno fonológico, dislexia e deficiência auditiva, assim como, pode colaborar como instrumento de avaliação em pesquisas das mais distintas áreas do conhecimento que desejam investigar as habilidades metalinguísticas.

Revista Gepesvida

Nesse contexto, quando o ambiente de educação infantil está preparado para as crianças interagirem com o mundo letrado favorece o aprendizado da leitura e escrita ajudando no levantamento de hipóteses da articulação sonora da fala. Isso promove a compreensão da relação fonema-grafema, que é uma das habilidades necessárias para compreender o processo de alfabetização.

Conforme BRASIL (2017), a BNCC é um instrumento para a equidade, na medida em que define as aprendizagens essenciais desde a educação infantil e orienta as políticas educacionais para todo o país. A BNCC tem um papel decisivo na formação integral do cidadão e na construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

2.1 FORMAS PARA A ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DA EDUCAÇÃO INFANTIL: POLÍTICAS PÚBLICAS

As políticas públicas educacionais buscam o desenvolvimento do país, pois assim são elencadas medidas efetivadas para a educação. Nesse sentido, as políticas públicas educacionais quando organizadas para o bem comum, oferecem possibilidades de melhoria da qualidade de ensino e não somente o acesso à instituição, mas a permanência e o sucesso das crianças. Esse aspecto auxilia para que a educação seja um instrumento para a diminuição das desigualdades.

Nas sociedades contemporâneas, a consciência cada vez mais clara que se tem da importância da educação, como fator de inclusão social e desenvolvimento, está presente na complexidade das formas de relação sociocultural e torna-se urgente a necessidade de dinamização dos mais variados recursos materiais e humanos, que devem contribuir para efetuar, com qualidade, a função social da educação e de cada instituição. No entanto, historicamente, o Brasil tem se caracterizado como um país com inconsistentes políticas públicas, imprimindo uma dicotomia marcante: uma das mais acentuadas desigualdades sociais e uma das mais altas concentrações de renda do mundo. (BITTENCOURT, 2017, p. 32).

Nessa conjuntura, o espaço escolar não deve ser restrito apenas as salas de aulas e equipamentos que a compõem, outros espaços da instituição devem ser considerados. Outras escolas e ginásios também podem ser incluídos, para isso deve ocorrer por parte da gestão escolar a busca de parcerias com o Estado e com as famílias. A instituição de educação infantil deve ser interdisciplinar e transdisciplinar, formar cidadãos com fundamentos artísticos, culturais, ambientais e sociais que saibam respeitar as diferenças

Revista Gepesvida

sociais, econômicas, físicas e étnicas. A transdisciplinaridade procura que a criança articule diferentes matérias ampliando assim o seu conhecimento.

A transversalidade da BNCC, como política pública, considera que o conhecimento está em constante mudança, procura uma realidade com conhecimentos científicos, proporcionando às crianças a oportunidade de expor seu conhecimento sobre o tema fazendo interrogações.

Políticas públicas são decisões que envolvem questões de ordem pública com abrangência ampla e que visam à satisfação do interesse de uma coletividade. [...] São de responsabilidade da autoridade formal legalmente constituída para promovê-las, mas tal encargo vem sendo cada vez mais compartilhado com a sociedade civil por meio do desenvolvimento de variados mecanismos de participação no processo decisório. (AMABILE, 2012, p. 390).

O que defendemos é uma educação infantil de qualidade. Para Amorim (2014), a qualidade da educação infantil está intrinsecamente ligada com acesso, qualificação do corpo docente e infraestrutura adequada dos estabelecimentos de ensino.

É papel da Educação Básica garantir que as crianças da educação infantil com diferentes condições sociais, raças e culturas aprendam os conteúdos previstos para sua idade. As Diretrizes devem orientar o que cada etapa deve abordar, o Projeto Político Pedagógico (PPP) da instituição é elaborado com toda a comunidade escolar para garantir o sucesso e a permanência dos crianças nas escolas respeitando sua realidade.

A educação infantil procura desenvolver integralmente as crianças de até cinco anos e onze meses de idade, junto a sua família. As crianças devem se sentir acolhidas e amparadas no espaço da educação infantil, muitas são oriundas de famílias com baixa condição financeira, possuem diferentes etnias, porém devem ser tratadas da mesma forma. “Compreendemos que os modos de atribuir sentidos a infância e a criança são históricos. E, sendo construções histórico-sociais, não podem ser definidos de forma estática, pontual e descontextualizada.” (DANTAS, 2016, p.77). Nesse sentido, as políticas públicas para a Educação Infantil devem “ter em vista o direito das crianças a uma educação de qualidade, que atenda suas necessidades e promova o seu desenvolvimento integral, complementando e se diferenciando da educação familiar.” (DANTAS, 2016, p. 121).

Revista Gepesvida

Assim, as políticas públicas buscam amparar o desenvolvimento infantil de todas as crianças proporcionando subsídios pedagógicos para a elaboração de matrizes curriculares que contemplem a diversidade e as experiências das crianças.

É inspirada na LDB e é colocada em prática através de avaliações e formações iniciais e continuadas de educadores. As escolas podem ter suas próprias regras, modificar seu PPP, seu modo de avaliação, o importante é que o objetivo final seja alcançado: Uma educação de qualidade.

3. ANÁLISE E TRATAMENTO DE DADOS

A partir de 2019, algumas mudanças propostas pela BNCC devem começar a aparecer nas escolas da educação infantil de todo o país. A base não é o currículo da escola, mas sim um documento que define o conjunto de aprendizagens fundamentais, as quais as crianças da educação infantil, nesse caso, devem desenvolver. Desse modo, a educação infantil se configura como a primeira etapa da Educação Básica, ou seja, é nela que o processo educacional tem início. Na BNCC (BRASIL, 2017, p. 34) esclarece que “a entrada na creche ou na pré-escola significa, na maioria das vezes, a primeira separação das crianças dos seus vínculos afetivos familiares para se incorporarem a uma situação de socialização estruturada.” Dessa forma, é fundamental envolver como se a dá Base nesse segmento e quais são as aprendizagens que a criança deve desenvolver.

A BNCC traz a orientação de trabalhar com foco dois eixos estruturais, direitos de aprendizagem da criança e campos de experiência. Eles já existiam, no entanto ganham força maior na prática pedagógica e na rotina escolar, por isso a importância de estudarmos os espaços destinadas na educação infantil para essa prática, conforme figura 1.

Os eixos estruturais, interagir e brincar, são importantes para que a criança consolide sua aprendizagem. É a partir da brincadeira e da interação que ela desenvolve, nesta etapa, as estruturas, habilidades e competências que serão importantes ao longo de toda a vida.

Revista Gepesvida

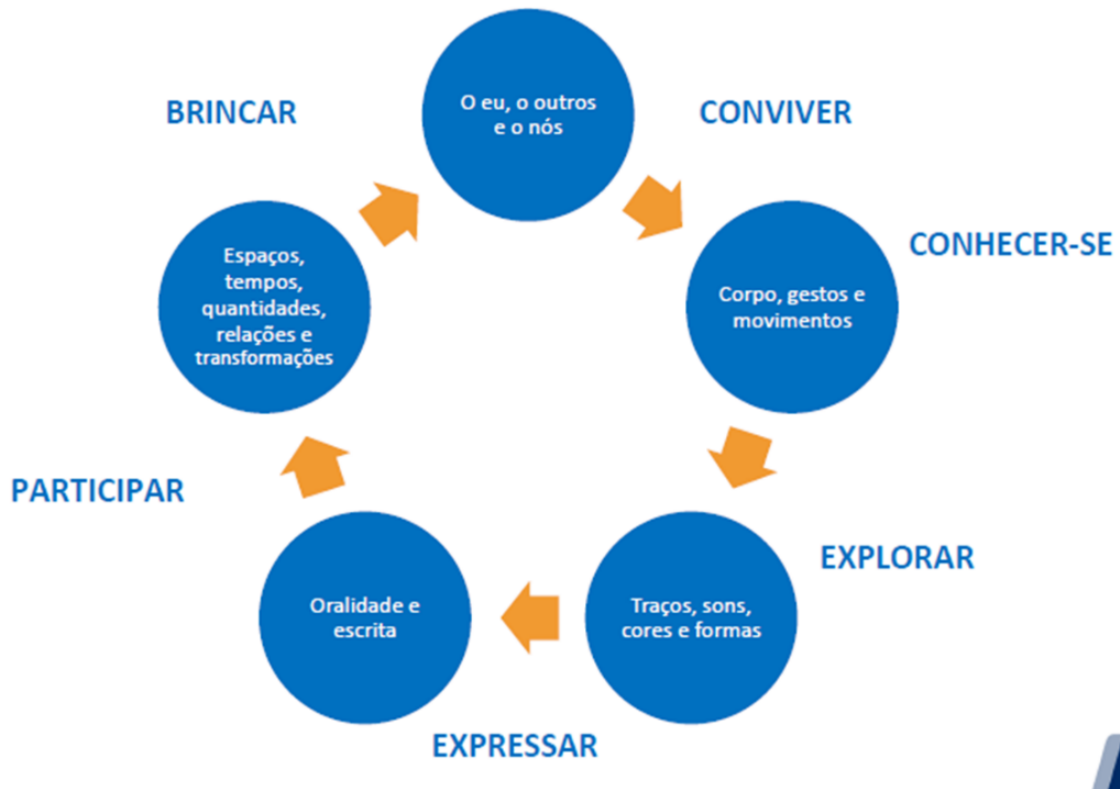


Figura 1: Campos de experiências da educação infantil e os Direitos. Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Ao analisarmos os dados coletados sobre o espaço físico e sua relação no desenvolvimento e aprendizagem da criança de acordo com a BNCC, podemos verificar que os espaços destinados para as interações entre as crianças é amplo e diversificado como apresenta a entrevistada E1:

“É uma instituição dedicada á educação infantil, para crianças de zero a cinco anos de idade. A instituição possui quatro salas de aula, uma sala de materiais, refeitório, cozinha, três banheiros, área serviço, espaço coberto para atividades e eventos, espaço aberto com gramado, pomar, parque, galinheiro, estacionamento, tudo conforme regras de acessibilidade.” (E1)

Diante desse depoimento podemos considerar que existem espaços diversos nas instituições de educação infantil que podem colaborar com o desenvolvimento e aprendizagem das crianças, possibilitando a ampliação de suas habilidades e competências. “Na educação Infantil, assim como nas demais etapas educacionais, não pode ser diferente, há a necessidade constante de reflexão dos modelos de educação vivenciados historicamente, para que não se reproduzam práticas assistencialistas e escolarizantes. (HASS, 2016, p.42).” Assim,

Revista Gepesvida

Considerando esse contexto de implementação de políticas para educação infantil que se materializavam em documentos oficiais, fomos compreendendo que os estudos no campo científico, juntamente às reivindicações dos movimentos sociais vão se constituindo como fundamento ou força propulsora para o discurso legal. No campo das políticas curriculares nacionais, identificamos marcadamente em sua trajetória, que os processos de sua elaboração envolvem a “encomenda” de consultorias, pesquisas e pareceres aos educadores e pesquisadores atuantes na área. (DANTAS, 2016, p. 112).

Nossa preocupação está no fato de que é na faixa etária de zero a cinco anos e onze meses que a criança se encontra em pleno desenvolvimento cognitivo e é um período que ocorre muitas transformações, na linguagem oral e no desenvolvimento de noções de escrita e leitura do mundo. (MARANHÃO; CUNHA PINTO; PEDRUZZI, 2009).

Nesse sentido, os espaços da educação infantil devem possibilitar para a criança atuar com seus direitos de aprendizagem: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se, (Figura 2), como retrata uma das entrevistadas:

“O espaço externo é pequeno também, tem balanço, casinhas de madeira, escorregador e um tablado de madeira com um chuveirão. A sala da direção é na parte de baixo e no segundo andar posiciona-se a cozinha, a lavanderia, banheiro e sala para os educadores.”(E3)



Figura 2: Eixos e Direitos. Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Esses espaços asseguram as condições para que as crianças “aprendam em situações nas quais possam desempenhar um papel ativo em ambientes que as convidem a vivenciar desafios e a sentirem-se provocadas a resolvê-los, nas quais possam construir significados sobre si, os outros e o mundo social e natural” (BRASIL, 2017, p. 35). E, desse modo, que proporcionem o desenvolvimento integral da criança, para que consigam superar experiências mais complexas que enfrentarão no Ensino Fundamental.

Vale a pena elencar que a prática pedagógica com as crianças na educação infantil não tem por objetivo “alfabetizá-las”, ou seja, não expressa a ideia de que os educadores dessa etapa devam usar um “método de alfabetização”. Mas, proporcionar à

Revista Gepesvida

criança experiências, vivências, possibilidades para se desenvolverem adequadamente e integralmente, por meio de interações e brincadeiras, as quais estimulem o desenvolvimento integral e a ampliação das habilidades necessárias à construção da escrita, respeitando o ritmo e as diferenças de cada criança.

A interação durante o brincar caracteriza o cotidiano da infância, trazendo consigo muitas aprendizagens e potenciais para o desenvolvimento integral das crianças. Ao observar as interações e a brincadeira entre as crianças e delas com os adultos, é possível identificar, por exemplo, a expressão dos afetos, a mediação das frustrações, a resolução de conflitos e a regulação das emoções. (BRASIL, 2017, p.35).

As interações e as brincadeiras desenvolvidas nesses espaços garantem às crianças os direitos de aprendizagem. De acordo com a BNCC:

Os campos de experiências constituem um arranjo curricular que acolhe as situações e as experiências concretas da vida cotidiana das crianças e seus saberes, entrelaçando-os aos conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural. A definição e a denominação dos campos de experiências também se baseiam no que dispõem as DCNEI em relação aos saberes e conhecimentos fundamentais a ser proporcionados às crianças e associados às suas experiências. (BRASIL, 2017, p. 38)

Fica claro diante dos depoimentos analisados que o espaço oferecido às crianças para o desenvolvimento e aprendizagem devem ter estrutura, organização que possibilitará desenvolvimento e aprendizagem da criança. Essa busca pela constituição de um ambiente que harmonize boas experiências é essencial, pois este cumpre papel fundamental no desenvolvimento das crianças. Deste modo, refletir sobre o ambiente educativo na educação infantil é essencial. Nessa modalidade educativa a prática pedagógica tem que ser diferente do que ocorre no Ensino Fundamental, porque as crianças desta faixa etária se desenvolvem, aprendem e adquirem conhecimentos de forma específica por meio do lúdico, das interações e brincadeiras.

Assim, as ações dos educadores devem estar pautadas nesses fundamentos e o espaço dentro da sala de aula, também deve ser organizado para isso. Quando questionamos as entrevistadas sobre a organização dos espaços internos na instituição veio à tona que esses são diversos:

“Procuo organizar cantos como cozinha, tapete próximo aos livros de histórias, prateleiras com papéis de diferentes tamanhos e texturas, giz de cera e canetinha ao alcance das crianças, uma caixa com panos de diversos tamanhos, bonecas, caixa com blocos de montar de madeira. Tenho o espaço

Revista Gepesvida

da sala como um terceiro educador que proporciona as crianças usarem a imaginação e criatividade e também a inserção com os seus pais” (E3).

Por isso é fundamental refletir sobre a organização dos espaços educativos para a educação infantil, contudo esta reflexão deve ter por base os direitos das crianças. Para Tiriba (2008, p. 38), “do ponto de vista das crianças, não importa que a instituição seja um direito, importa que seja agradável, interessante, instigante, que seja um lugar para onde elas desejem retornar sempre”. Nesse sentido, a entrevistada 2 propõe um espaço que “desenvolva os aspectos físicos, social, afetivo, linguagem oral, escrita e visual” (E3) e que é fundamental que esse espaço tenha, por exemplo, “ tapete para roda de conversa, estante com vários brinquedos e livros adequados á faixa etária de cada criança” (E1), ou mesmo com “os cantos que são estruturados de maneira que possibilite brincadeiras que as crianças do grupo demonstrem interesse. De tempos em tempos de acordo com nossas observações vamos mudando” (E2).

As instituições de educação infantil carecem da possibilidade de pensar cuidadosamente sobre os espaços destinados às crianças, já que são espaços possuidores de cultura. O fundamental é que esses espaços possam garantir que as crianças se sintam felizes e seguras. De acordo com Sousa (2006), para que isso ocorra é essencial o planejamento do ambiente no qual as crianças vão ficar considerando o tamanho do espaço da sala de aula, a área de lazer, a higiene, a iluminação, a segurança, a climatização, se há espaços para as atividades livres, se é agradável o visual físico, dentre outros. Nesse sentido, Nunes (2005) colabora quando afirma que o trabalho pedagógico na instituição infantil submerge dos momentos de preparar das atividades, de organizar o espaço e da orientação dada as crianças, com o objetivo de garantir experiências significativas no cotidiano da instituição infantil.

Outro questionamento foi com relação ao significado do desenvolvimento integral da criança, a respeito das atividades que proporcionam este desenvolvimento. Nesse sentido, a entrevista (E1) afirma que:

“Na contação de história, nos momentos de roda, as imagens estimulam e despertam a oralidade e incentivam a linguagem oral e visual dependendo do contexto da história, emitimos os sons dos personagens e imitamos sua maneira de se locomover. Na roda, também é preciso esperar a vez do amigo falar, ouvir o que ele tem a dizer e respeitar sua opinião existem várias possibilidades, tudo depende da maneira com que o educador conduz por meio do indicativo das crianças” (E3).

Revista Gepesvida

Já a entrevistada (E1) afirma que, significa proporcionar as crianças, através da rotina, das atividades e dos projetos, possibilidades para desenvolver competências e habilidades em diversas esferas, sobretudo no que diz respeito ao motor, cognitivo, social e afetivo. Conforme a Lei nº 9.394/96 no art. 29, “[...] o desenvolvimento integral da criança de 0 a 6 anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.”.

A partir destas respostas podemos considerar que o desenvolvimento integral da criança estar presente em todo o cotidiano da educação infantil, desde o simples momento em que chega a instituição, no momento da higiene, nas atividades de parque, nas atividades dentro da sala sempre unindo o cuidar e o educar com os aspectos físico, psicológico, intelectual e social. Segundo a entrevistada a avaliação do desenvolvimento das dimensões físicas, emocionais e cognitivas das crianças é feita diariamente através de observação e a partir daí são feitos os registros sobre os aspectos que estão sendo trabalhados e desenvolvidos. (E1) já para entrevistada (E3), Avalio esses aspectos durante os momentos de brincadeiras, roda de conversa, parque, nas propostas dirigidas e, principalmente, nas interações entre criança-criança e criança-educadores.

Quanto a estas respostas, estão de acordo com o artigo 31 da LDB que traz para a avaliação na educação infantil o acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental.

Tratando-se da organização dos espaços e do planejamento as entrevistadas afirmam que modificam os espaços de acordo com o seu planejamento:

“Estruturo meu planejamento com recursos variados, vou ressignificando o espaço de acordo com os objetivos a serem alcançados” (E2). Quando questionadas sobre onde buscam inspiração para modificar os espaços a entrevistada (E2) afirma que “A inspiração é pautada no interesse das crianças.”.

É papel do educador, orientar brincadeiras, estimular a curiosidade e ter consciência de que as crianças costumam reproduzir o comportamento que as pessoas usam com elas.

Segundo as DCNEB (2013, p. 27), os educadores devem auxiliar na produção de experiências que estimulem: “Gestão de emoções; Desenvolvimento de hábitos de

Revista Gepesvida

higiene e alimentação; Organização de objetos pessoais e escolares; Preservação dos recursos da natureza; Contato com diferentes linguagens.”.

Quando questionadas sobre o espaço que consideram mais importantes nas escolas as entrevistadas responderam que:

“A sala de aula é sem dúvida o espaço de grande importância, pois é ali que a criança e o educador passarão a maior parte do ano letivo. As áreas verdes também são importantes, pois possibilitam inúmeras experiências e vivências significativas” (E1).

“A sala de aula, pois é lá que as crianças passam a maior parte do tempo, interagindo com os colegas e educadores” (E2).

Outro questionamento foi relacionado ao espaço que as entrevistadas mais gostam na escola, as respostas foram bem variadas:

“A sala de aula, pois lá é possível usar a criatividade para torná-la um ambiente agradável para todos os alunos” (E1).

“Sala de referência, porque é o lugar onde criamos vínculos mais intensos e estamos mais próximos delas” (E2).

Em acordo, Dantas (2016, p.245);

Para reconhecer os conhecimentos possíveis e necessários de serem elaborados pelas crianças, os educadores precisam se apoiar em estudos acerca da natureza e dos processos de sistematização/organização desses conhecimentos em currículos. Para planejar e fazer boas intervenções, os educadores precisam conhecer os processos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças e suas possibilidades em cada experiência educativa.

Nesse sentido, a BNCC para a educação infantil, prioriza os seis direitos de aprendizagem que estão especificados com as condições para que cada um se efetive no espaço educacional infantil. E, um desse direitos diz respeito ao espaço. Sobre essa questão, uma das entrevistadas afirma que:

“O parque, pois nele acontecem interações entre todos os grupos, o contato com os elementos da natureza, água, areia, sol, chuva, vento. Os brinquedos possibilitam e desafiam as crianças a superar seus medos e as limitações do seu próprio corpo, é um espaço onde se constroem vários enredos de brincadeiras e experimentações” (E3).

Assim, notamos que os espaços mais queridos são onde as crianças mais interagem, por meio das brincadeiras e a partir daí começam a se desenvolver. Por último as entrevistadas foram questionadas a respeito de como seria a instituição de seus sonhos:

Revista Gepesvida

“Seria uma instituição que respeite as especificidades das crianças, que valorize o educador e dê autonomia para desenvolver seu trabalho, que tenha limite de crianças por turma. Para não sobrecarregar o educador, e que tenha áreas verdes para fazer dinâmicas e vivências significativas” (E1).

Nesse sentido, na educação infantil esse “ensinar” ou mostrar o mundo letrado deve ocorrer num o contexto lúdico que essa etapa exige, em que as interações (adulto/criança, criança/criança) possibilitem experiências prazerosas e significativas a partir do brincar e do aprender, dando significado as atividades propostas e estimulando o desenvolvimento das habilidades previstas na BNCC.

As habilidades desenvolvidas a partir do brincar são necessárias para as próximas etapas educacionais. Desse modo, mostrar as crianças o mundo letrado por meio das brincadeiras proporciona uma interligação dos conhecimentos oferecidos com os vividos. Assim:

Como etapa da educação básica, integrada aos sistemas de ensino, a EI deve proporcionar o acesso aos conhecimentos produzidos pela humanidade em diferentes tempos, espaços e culturas, de forma contextualizada, crítica e adequada às faixas etárias, possibilitando a ampliação do universo cultural de cada criança, a compreensão da realidade e a interação com o mundo. As instituições de EI devem ser, assim, mais um espaço de socialização e desenvolvimento, tendo como tarefa específica o trabalho com o conhecimento. (ALVES, 2011, p. 30).

Outra entrevistada afirma que:

“As salas seriam grandes com dez crianças por sala, os brinquedos seriam mais próximos da nossa realidade, ou seja, com menos plásticos e mais texturas, espaços com jogos e brinquedos não estruturados para facilitar a imaginação, onde o brincar fosse levado a sério, pois é na brincadeira com o outro e com o meio social que a criança se desenvolve por meio das experimentações que a cerca” (E3).

Sobre essa questão, buscamos apoio em Sargiani (2016) quando afirma que a educação infantil se constitui um espaço de garantia às crianças a aquisição de habilidades básicas, as quais ajudarão no desenvolvimento integral na EI e, nesse sentido, minimizada a ruptura com o Ensino fundamental.

Ao desenvolvermos habilidades voltadas ao mundo letrado, não excluímos os direitos das crianças de brincar e vivenciar a infância., como ressalta Alves (2011, p. 30) “o trabalho com as crianças pequenas deve se dar através da brincadeira, do lúdico e da experimentação.”

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises feitas na Base Nacional Comum Curricular, nas Diretrizes Curriculares para a Educação Básica e as pesquisas qualitativas feitas com educadores de escolas dos municípios de Florianópolis e São José a respeito da organização do tempo e do espaço na educação infantil revelaram que os educadores devem estar capacitados para trabalhar com projetos significativos e contextualizados para as crianças, a instituição deve ter papel fundamental neste processo, oferecendo espaços para que a criança se desenvolva independente de sua cor, raça ou cultura.

Sua educação dever ser uma junção de habilidades expressivo motora, cognitiva, linguística, afetiva, ética, estética e sociocultural, sempre unindo o cuidar e o educar. A criança deve ser desenvolvida integralmente, com a instituição complementando a educação da família. É na educação infantil que as crianças são estimuladas e se desenvolvem para mais tarde entrar no ensino fundamental. Toda essa experiência deve ser adequada para cada faixa etária de acordo com as habilidades e competências sugeridas por documentos oficiais.

O espaço escolar não deve ser resumido apenas em salas de aula e aos equipamentos que a compõem, outros espaços da instituição devem ser utilizados, deve ser organizado no PPP de acordo com as características e necessidade de seus sujeitos. A BNCC traz a orientação de trabalhar com foco em dois eixos estruturais, direitos de aprendizagem da criança e campos de experiência, por isso a organização do espaço se torna tão importante. É a partir da brincadeira e da interação que a criança se desenvolve.

De acordo com as entrevistadas todos os espaços destinados as interações eram amplos e diversificados. Existem diversos espaços nas instituições de educação infantil que podem colaborar com o desenvolvimento e aprendizagem das crianças, estes espaços devem possibilitar para as crianças os seis direitos de aprendizagem: conviver, brincar, participar, explorar, expressar-se e conhecer-se.

A prática dos educadores de educação infantil não deve ter como objetivo a alfabetização e sim proporcionar a criança experiências, vivencias e possibilidades para se desenvolverem adequadamente e integralmente. Os espaços devem oferecer estrutura e organização que acolha a criança e possibilite o desenvolvimento e aprendizagem de qualidade.

Revista Gepesvida

É papel do educador refletir sobre os ambientes educativos, organizar os espaços de formas diversas para garantir experiências significativas, orientar as brincadeiras e estimular a curiosidade das crianças.

REFERÊNCIAS

ALVES, B.M.F. Infâncias e educação infantil: aspectos históricos, legais e pedagógicos. Dossiê temático. **Revista Aleph**: Rio de Janeiro, Ano V, n. 16, p.21-34, dez. 2011. Disponível em: <<http://revistaleph.uff.br/index.php/REVISTALEPH/article/view/272/204>>. Acesso em: 16 maio.2019.

AMABILE, A. E. N. Políticas Públicas. IN: CASTRO, C. L. F. de; GONTIJO, C. R. B; AMABILE, A. E. N. (Orgs). **Dicionário de políticas públicas**. Barbacena: EdUEMG, 2012.

AMORIM, K. S. **Estado da arte sobre consciência fonológica na educação infantil no Brasil no período de 2001-2011**. 2014, 116 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Bahia, Salvador/Bahia, 2014.

BITTENCOURT, E. de S. Políticas de Educação na atualidade como desdobramento da Constituição Federal e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação. In: MORAES, B. M. de et al. (Orgs.). **Políticas públicas de educação**. Rio de Janeiro: Ministério Público do Rio de Janeiro; Universidade Federal Fluminense, 2017.

BRANDÃO, A. C. P.; LEAL, T. F. Alfabetizar e letrar na educação infantil: o que isso significa? In: BRANDÃO, A. C. P.; ROSA, E. C. de S. (Orgs). **Ler e escrever na educação infantil: discutindo práticas pedagógicas**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 22 de maio de 2019.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: . Acesso em: 20 out. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 05, de 17 de dezembro de 2009. **Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação infantil**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 18 dez. 2009. Disponível em: . Acesso em: 20 out. 2018.

Revista Gepesvida

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Conselho Nacional da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**/ Ministério da Educação. Secretária de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. – Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. 542p.

BRASIL, 2014. **PNE Plano Nacional de Educação 2014-2024**. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. Disponível: <<http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf>>. Acesso em: 22 jul. 2018

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular** – Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2017. 542p.

CAXIAS, A. da S. **A relação entre a consciência fonológica e a aquisição da escrita: ressignificando o processo**. 2015. 157 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal da Paraíba: Mamanguape/PB, 2015.

DANTAS, E. L. S. **educação infantil, cultura, currículo e conhecimento: sentidos da discussão**. Natal/RN, 2016. 312 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2016.

FREITAS, L. C. de. **Residência pedagógica do MEC: manifesto das entidades**. 2018. Disponível em: <<https://avaliacaoeducacional.com/2018/03/06/residencia-pedagogica-do-mec-manifesto-das-entidades/>>. Acesso em: 26 abril.2018.

HASS, B. I. O currículo na educação infantil: (des)considerações históricas e a base nacional comum curricular. In: **Anais do IV Seminário da Associação Nacional de política e administração da educação**. / Universidade do Oeste de Santa Catarina. Joaçaba, SC: Unoesc, 2016.

LEITE, T. M. S. B. R.; MORAIS, A. G. de. O Ensino do Sistema de Escrita alfabética: por que vale a pena promover algumas habilidades de consciência fonológica? In: BRASIL. **A aprendizagem do sistema de escrita alfabética**. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. UNIDADE 3 | ANO 1. Ministério da Educação, Brasília, 2012.

LEITÃO, Fátima Maria Araújo Saboia. **O trabalho com projetos e o desenvolvimento profissional dos educadores de educação infantil**. 2011. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011

MARANHÃO, P. C. S.; CUNHA PINTO, S. M, P. da; PEDRUZZI, C.M.
Fonoaudiologia e educação infantil: uma parceria necessária. **Revista CEFAC**. v.11, n.1, p.59-66. Jan./mar. 2009.

MARCONI, M. de A. LAKATOS, E.M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

Revista Gepesvida

MORAIS, A. G. de; SILVA, A. Consciência fonológica na educação infantil: desenvolvimento de habilidades metalinguísticas e aprendizado da escrita alfabética. In: BRANDÃO, A. C. P.; ROSA, E. C. de S. (Orgs). **Ler e escrever na educação infantil: discutindo práticas pedagógicas**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

NUNES, M. F. R. Educação infantil no Estado do Rio de Janeiro: um estudo das estratégias municipais de atendimento. Rio de Janeiro, 2005, **Tese de doutorado**, UFRJ.

SARGIANI, R. de A. **Fases iniciais da aprendizagem da leitura e da escrita em português do Brasil**: efeitos dos fonemas, gestos articulatórios e sílabas na aquisição do mapeamento ortográfico. 2016. 213 f. Tese (Doutorado em Psicologia Escolar e Desenvolvimento Humano) - USP, Universidade de São Paulo: São Paulo, 2016.

TIRIBA, Léa. Diálogos entre a arquitetura e a pedagogia: educação e vivência do espaço. Organização: Zóia Prestes. **Revista Virtual de Gestão de Iniciativas Sociais** ISSN: 1808- 6535 Publicada em junho de 2008. P.27-43.

VESPOLI, A.C.T. **A consciência fonológica e o programa ler e escrever**. 2013. 175f. Dissertação (Mestrado em Ciência Humanas e Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas: Campinas, 2013

Data da submissão: 17-08-2019

Data da aceitação: 16-12-2019